

-----ATA N.º 3/2021 -----

-----Aos vinte e nove dias, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado, Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a presença do público e a quem no momento seguia a transmissão *online* desta sessão.-----

-----De seguida, deu conhecimento de que a Senhora Deputada Maria Angelina Veloso Marques Dias informou, por via correio eletrónico, datado de vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, com registo de entrada número cinquenta e cinco, que iria estar ausente pelo período compreendido entre os dias vinte e nove e trinta de junho, solicitando a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor António dos Santos, a estar presente.-----

-----Informou que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Luís Bernardo Pina Mimoso, se fez representar pelo Tesoureiro, José Eduardo de Sousa Cardoso -----

-----Deu ainda conhecimento, que a Senhora Deputada Ana Isabel Janelas informou, por via correio eletrónico, datado de vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, com registo de entrada número cinquenta e sete, que iria estar ausente pelo período compreendido entre os dias vinte e sete e trinta de junho, solicitando a sua substituição. Atendendo a que o pedido foi solicitado à data da reunião e após o período da ausência da Senhora

Deputada não se pôde proceder à sua substituição, no entanto, tendo em conta os motivos invocados, considera-se a falta justificada. -----

-----Por fim, deu conhecimento que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira, José Rocha Gonçalves, se fez representar pela Secretária da referida União de Freguesias, Sara Margarida da Fonseca Cabral. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Olga Maria Pereira Marques; -----

-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo; -----

-----Albino Freire Bárbara; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----José António Rodrigues de Sousa; -----

-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro; -----

-----José Manuel Monteiro Antunes; -----

-----António Carlos Pires Diogo; -----

-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Helena Susana Cardoso Belo; -----

-----António dos Santos, em substituição da Senhora Maria Angelina Veloso Marques Dias; -----

-----Joaquim de Almeida; -----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----

-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----José Eduardo de Sousa Cardoso, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em representação do Senhor Luís Bernardo Pina Mimoso; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Sara Margarida da Fonseca Cabral, Secretária da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em representação do Senhor José Rocha Gonçalves. -----

-----**Faltou a esta sessão e justificou a sua ausência o seguinte membro:**-----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas;-----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro. -----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado: -----

-----José António Rodrigues de Sousa -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, António Graça Silva, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito o Senhor José Luís Cabral. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor José Luís Cabral que após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que a sua intervenção prende-se com o SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública e uma vez que, a Assembleia Municipal supervisiona toda a atividade do Município irá expor, em particular, a avaliação que lhe foi atribuída. Nessa sequência, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, recordou que no ano de dois mil e dezassete cessou funções como Vice-Presidente e também como Presidente da Câmara, ainda que

por pouco tempo. Acontece que, posteriormente voltou a ocupar o seu lugar de funcionário da Autarquia, no Gabinete de Ação Social e, nessa altura, solicitou a sua avaliação por ponderação curricular, onde terá sido avaliado como Inadequado. Recorreu e, nesse sentido, foi-lhe solicitado comprovativo de alguma formação que tivesse frequentado, tendo-lhe sido atribuída a *posteriori* a avaliação de Adequado, passando de 1,8 para 2,1. A este propósito, pretendeu saber se um funcionário é avaliado pelo seu trabalho ou pela ação política que tenha exercido. -----

-----Continuou dizendo que, com a chegada da avaliação do biénio 2019/2020 constata, mais uma vez, que deve ser o pior técnico superior do Município atendendo à avaliação que lhe foi atribuída, onde obteve um resultado de 3,7 e mais uma vez teve de recorrer. Acrescentou que, toda esta situação não faz grande sentido, pois foi a ele como profissional, que o Senhor Presidente da Câmara indicou para representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, acabando por ser eleito pelos membros da Comissão como Presidente. Tentou desempenhar as suas funções dando o seu melhor e, novamente teve de recorrer da avaliação atribuída, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara avaliou os seus objetivos como atingidos. Se como Presidente da CPCJ não superou os objetivos, então estará a ocupar o cargo errado e o Senhor Presidente da Câmara terá de indicar uma pessoa mais capaz. Acrescentou que, para além da CPCJ, também, esteve envolvido no programa da Habitação Social, integrado no Projeto 1º Direito, que neste Concelho teve uma aprovação de 4,4 milhões de euros. Nesse sentido, continuou dizendo que, em conjunto com a colega, Teresa Pacheco, procederam à alteração do plano, ao levantamento de todas as situações de carácter social do Concelho, inclusive, com o Senhor Vice-Presidente do Município, participaram em reuniões com a Universidade de Aveiro e o IRHU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e assim, este Município, estará para receber em breve 1,4 milhões de euros. Face ao exposto, pretendeu saber

quais os critérios utilizados na sua avaliação para ser considerado um dos piores funcionários deste Município. -----

-----Por outro lado, o seu avaliador do biénio 2019/2020 é o Senhor Vice-Presidente, António Silva, mas pelo que sabe, esteve ausente aquando a reunião de avaliação do CCA – Conselho Coordenador de Avaliação e quando isso acontece é sempre o superior hierárquico que faz a avaliação ou seja o Senhor Presidente da Câmara. Mas se o Senhor Presidente da Câmara nunca se sentou com ele, nem nunca definiu objetivos como é que pode ser avaliado com uma nota de 3.7. Portanto, a sua questão passa por saber como é que foi avaliado, se como funcionário ou como ex-político. ----

-----A Senhora **Presidente da Mesa**, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informou que este é um assunto pessoal, de interesse apenas do interveniente e que, assim sendo, o Senhor Presidente só responderia publicamente se assim o entendesse.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Câmara** questionou, igualmente, o Senhor Dr. José Luís se a sua intervenção é como funcionário da Autarquia ou como político. Até porque pode dirigir-se ao local próprio, onde nunca deixou de ser recebido. Sobre essa evidência, nunca solicitou qualquer esclarecimento, para além de que não foi o único técnico a ser avaliado com essa nota. Talvez devesse questionar a autoridade que impôs este sistema de avaliação, em que não podem ultrapassar os vinte e cinco por cento de quotas em todas as categorias, como já deveria saber uma vez que também já foi avaliador. Assim sendo, pode amanhã na Câmara, solicitar uma reunião para esclarecer o assunto. Salientou, ainda, como é óbvio que a avaliação não foi política, o Senhor é que interveio só para fazer política. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos e conclusões da Comissão Permanente, onde foram discutidos assuntos em geral e prepararam a presente Assembleia Municipal, nos termos do disposto no regimento.-----

-----Mais informou que, a reunião da Comissão Permanente já foi realizada presencialmente, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, que após cumprimentar os presentes, congratulou a iniciativa da transmissão *online* da presente sessão. De seguida, lamentou o ocorrido na última Assembleia Municipal, em que o Senhor Vereador Júlio Santos, a seu ver, perdeu o estatuto de ditador, uma vez que a Senhora Presidente da Mesa não deixou falar os Senhores Deputados e assim sendo, sentiu-se ofendido e se possível, gostaria nesta Sessão de esclarecer o que não teve oportunidade de fazer na anterior.-----

-----Relembrou que na anterior Sessão colocou duas questões, sendo que numa delas pretendia saber se havia algum projeto para a aplicação do dinheiro da “bazuca” europeia. A outra dizia respeito à Linha da Beira Alta, pois como os Senhores Deputados já sabem, durante três anos, foi alertando sobre os projetos da Linha da Beira Alta e nesse sentido gostaria de ter tido conhecimento do que foi discutido na reunião que ocorreu em Lisboa com as Infraestruturas de Portugal, ao que o Senhor Presidente respondeu que o projeto era do Governo. Foi com tristeza que viu o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal dizer, aquando da inauguração da Linha da Beira Baixa, que a Guarda estava cada vez mais perto de

Lisboa. Também sabe que Mangualde e Viseu lutam entre si, porque a Linha do caminho-de-ferro que vai sair de Aveiro em direção a Salamanca tem a estação destinada junto ao antigo quartel de Viseu. Querendo com isto dizer que, os respetivos Autarcas movimentam-se e estão a lutar para que cada um tenha a melhor situação nesses projetos. Prosseguiu, questionando que luta é que Celorico da Beira teve, querendo, com isto, dizer que vão acabar por enterrar o Concelho de Celorico da Beira. Recordou que, o comboio na Linha da Beira Alta foi inaugurado em 1882, pelo rei D. Luís, há 148 anos. A sua revolta é que a CP há 138 anos nunca levou uma revolução como agora e Celorico da Beira ficou parado. Disse ainda que, também, foi acusado de mentiroso, porque disse para uma rádio local que o Senhor Presidente da Câmara nunca ouviu a população, e só foi a Celorico-Gare falar com o Senhor Eng.º Faísca, que era apenas um projetista. Salientou que, querem cá o comboio mas com condições, com objetivos para as populações, não querem comboios a passar a 160Km/h e o Concelho ficar apenas com uns pequenos passeios em Celorico-Gare. Continuou dizendo que quando se fala deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara diz que é uma gincana política, contudo, ele não está ali mandatado por ninguém, é a sua consciência como ferroviário que lhe diz que Celorico da Beira está a perder. O Senhor Presidente fez muito mal ao não reunir com os Ministros, com os Secretários de Estado, com as Câmaras da Meda, Aguiar da Beira, Vila Nova de Foz Côa e Trancoso. Já se disse que a Linha da Beira Baixa vai aniquilar a Linha da Beira Alta e isso vai acontecer. -----

-----Mais disse que sente a responsabilidade do Concelho e por isso têm de ser honestos consigo próprios, uma vez que não podem estar à espera que outros venham defender os interesses do Concelho. O Senhor Presidente, na última sessão, também falou na oportunidade de conseguirem mais postos de trabalho para o Concelho, contudo os cento e quinze postos de trabalho para o Baraçal, que a fábrica do minério poderia ter trazido, não se concretizaram, os canarinhos é mentira, a Clínica de

Hemodiálise, em que o PS colocou a primeira pedra, as obras não avançaram e, a seu ver, a Câmara também poderia ter ajudado mais os produtores de queijo atribuindo um subsídio para a vacinação das ovelhas, mas preferiram gastar cem mil euros na Feira do Queijo. Quanto à dívida, o Senhor Presidente diz que foi reduzida, mas é de Lei amortizá-la, contudo esqueceu-se de dizer que todos os anos recebe mais de um milhão de euros para pagar essas despesas.-----

-----Dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, este disse que, quanto à Linha da Beira Alta e tendo em conta as inverdades apresentadas pelo Senhor Armando, pode indagar o Governo Socialista e as Infraestruturas de Portugal, pois é quem tem a responsabilidade toda sobre o assunto. Prosseguiu, esclarecendo que reuniu com o Senhor Secretário de Estado, com as Infraestruturas de Portugal e com a população em Celorico-Gare. Acontece que, a verdade é que o Concelho e, nomeadamente Celorico-Gare perdeu o “comboio” há já muitos anos por causa do IP2 e ninguém se manifestou.-----

-----Prosseguiu dizendo que este Executivo está a trabalhar, ao contrário do que diz, e não é um milhão de euros que recebem todos os anos, há é um trabalho com critério, com responsabilidade e honestidade, porque os seis milhões que já foram poupados à dívida dariam para concretizar todos os pedidos e solicitações feitos pelas Juntas de Freguesia e pelas Associações. O que está à vista é que estão a trabalhar no sentido de equilibrar os desequilíbrios de outros. Pois na verdade, o que encontraram no início do mandato foi uma Câmara praticamente falida, e o que têm feito é trabalhar com honestidade. Agora, não permite que os acuse de uma responsabilidade sobre a qual não têm a capacidade de a determinar e salientou que ninguém quer afastar a passagem do comboio de Celorico, pelo contrário, todos querem que ele continue a passar. Adiantou ainda que na verdade nem todos juntos têm a capacidade, apesar de tentarem por todas as vias institucionais, para que os interesses das populações locais

sejam salvaguardados, pois os interesses nacionais quase sempre, por vontade do Governo, sobrepõem-se a todos os outros. Ademais, os 500 milhões de euros, que é o investimento previsto para a Linha da Beira Alta, é de tal maneira avultado, que os incapacita de poder alterar qualquer destino do projeto, no entanto estarão sempre disponíveis para tudo aquilo que for preciso. -----

-----Perante o exposto, disse que apesar das responsabilidades serem do Governo Central, a finalidade é trabalhar dentro daquilo que lhes compete, e tentaram por todos os meios e continuam a tentar fazer trabalho, no sentido de salvaguardar todos os interesses do território concelhio e das populações locais, tudo o resto, como as passagens de nível suprimidas e linhas requalificadas, são acontecimentos que os transcendem. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu** começou por apresentar um voto de pesar que aqui se reproduz integralmente: -----

-----“O Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal propõe: ---

-----Moção de pesar pelo falecimento do Bombeiro Carlos Davide Francisco Marques -----

-----No dia 17 de junho de 2021, o corpo de Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira perdeu um dos seus ativos, o Bombeiro Carlos Davide Francisco Marques. -----

-----Um soldado da paz que nos deixou de forma precoce aos 30 anos de idade com toda uma vida ainda pela frente, deixa uma família, um filho menor. -----

-----Ao longo da sua carreira como Bombeiro, foram inúmeras as situações de atuação em diversos cenários de socorro e proteção, colocando a sua vida ao serviço dos outros. -----

-----Um voluntário que desempenhava com vontade, alegria e profissionalismo as suas funções, um exemplo de companheirismo.-----

-----À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, ao corpo operacional, aos seus conterrâneos da Freguesia do

Baraçal, a todos os amigos e colegas, muito particularmente aos seus familiares, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira reunida em sessão ordinária no dia 29 de junho de 2021, aprova um voto de pesar pelo falecimento endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 29 de junho de 2021 -----

-----Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”-----

-----De seguida, referindo-se à intervenção do Senhor Presidente de Junta do Baraçal disse entender que um Presidente de Junta lute, se indigne e se defenda, é um direito que lhe assiste, se bem que, muitas vezes, o alcance das solicitações nem sempre têm retorno. É sabido que, o Senhor Armando tem desenvolvido algumas solicitações perante membros do Governo, nesse sentido pretendeu saber se tem algum feedback, se bem que o poder da República tem mais poder face ao poder local. -----

-----Proseguiu, referindo que o entristece ouvir dizer que se está a enterrar o Concelho de Celorico da Beira, quando o dever de todos é desenterrar o Concelho e engrandecê-lo. -----

-----Continuou, dizendo que é com enorme satisfação que vê o trabalho deste Executivo, nomeadamente a resolução de questões estruturais, que foram sendo arrastadas ao longo dos anos, como é o caso do saneamento básico. Neste mandato vêm-se alguns edifícios escolares em obras, outros em fase de acabamento e alguns já com as obras terminadas. Também o edifício das Piscinas Municipais que esteve ao abandono durante quinze longos anos, neste momento está em requalificação, tal como o tão almejado Canil. Outra situação estrutural é o Parque Industrial, e um facto é que neste momento já há, pelo menos, uma empresa a fazer obra e outras se seguirão, porque já estão comprometidas. Tudo isto são alicerces para o progresso e recuperação de Celorico da Beira. Reconhece que existem muitos problemas, mas têm de ser colmatados ao longo do tempo com as devidas condições. Em síntese, questionou porque é que se tem uma dívida tão elevada e afinal não se fez nada.-----

-----No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento que na última reunião de Câmara foi aprovado por unanimidade mais um investimento no Parque Industrial A25, que vai criar trinta a trinta e cinco postos de trabalho, tal como na zona industrial de Celorico-Gare, onde também vão instalar uma empresa que vai criar dez a quinze postos de trabalho. Em suma, estão a trabalhar de uma forma clara, tentando recuperar o tempo perdido. Para além das obras que o Senhor Deputado nomeou, também, lembrar a fibra ótica que já devia estar instalada há vários anos.-----

-----Prosseguiu, dizendo que estão a chegar ao fim de quatro anos de mandato e as obras não se realizaram antes devido à falta de verbas para participar a parte que cabe ao Município, uma vez que essas obras não são financiadas a cem por cento. Acrescentou que, este é o único Executivo que não foi buscar dinheiro à banca, dado que também não podiam fazê-lo devido à situação do Saneamento Financeiro. Complementou dizendo que em termos práticos saiu-se do excesso de endividamento já no início deste ano, em fevereiro, mas, formalmente, enquanto não vier o visto do Tribunal de Contas continuam a não poderem ter financiamento da banca e assim têm governado o Município com o que têm.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Albino Bárbara** para dizer que após ter sido convocado com a antecedência de oito dias para a sessão desta Assembleia, recebeu novamente, no próprio dia, um aviso de receção da Câmara Municipal de Celorico da Beira e, qual foi a sua perplexidade em perceber que lhe estava a ser enviada uma retificação à Ordem de Trabalhos, que por sinal, não estava assinada pela Senhora Presidente da Assembleia, mas sim pela primeira secretária, Maria Antónia. Dado que as convocatórias são diferentes, questionou qual é que a Senhora Presidente da Mesa iria seguir.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que a primeira é uma convocatória e a segunda é uma retificação à Ordem de Trabalhos. Sendo que, a Ordem de Trabalhos válida é a última, uma vez que é uma retificação à mesma. De seguida, questionou o Senhor Deputado se tem a pretensão de não incluir as contas na Ordem de Trabalhos desta Sessão. Acrescentou que, o Senhor Deputado teve conhecimento desta situação na reunião da Comissão Permanente, onde foi dada às bancadas, informalmente, a possibilidade de terem acesso ao documento em formato papel. Dessa forma não percebe qual é a intenção do Senhor Deputado ao levantar a questão nesta Sessão, a não ser por má-fé. ----

-----Retomou a palavra o Senhor **Deputado Albino Bárbara** continuando a dizer que esta retificação é ilegal, sendo que a única maneira de incluir as contas e a atribuição de suplemento na Ordem de Trabalhos é pedir a este plenário que permita a inclusão destes assuntos. Sendo esta uma situação ilegal será comunicada à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e à Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----De seguida disse que nos últimos quatro anos, na Assembleia Municipal houve altos e baixos, no entanto o PS sempre esteve de boa-fé nesta Assembleia, contribuindo para que o Concelho de Celorico da Beira seja engrandecido. -----

-----Agradeceu ao Governo por ter aprovado os descontos das portagens nas autoestradas A23, A24 e A25, já a partir do próximo dia um de julho. ----

-----Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e relativamente à Escola Profissional disse que, pelo que sabe, a DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares deu parecer negativo à abertura da mesma. Acredita que tenha feito o melhor, mas às vezes há processos sob transparência. -----

-----Prosseguiu dizendo que na última reunião de Câmara, o Senhor Vereador Júlio Santos entregou um documento ao Executivo dando conhecimento de um contrato de comodato entre o Município e a ADCC, celebrado por quinze anos e do qual não tinha conhecimento e a isto chama-se transparência. Quando refere que a Câmara vendeu terrenos à Transnate, à Bernardo Marques, à Rodoceloricense fez bem, mas devia ter trazido a esta Assembleia e isso é falta de transparência.-----

-----De seguida, deu conhecimento de ter rececionado um *email* por parte dos responsáveis da clínica Renal Portuguesa, a quem solicitou autorização para o divulgar, e tendo em conta a pertinência do assunto, passou a ler o que a seguir se reproduz:-----

-----“Em suma a avaliação da Fundação Renal Portuguesa sobre a situação é de que o Executivo não tem qualquer interesse de que o Centro de Hemodiálise em Celorico da Beira se torne uma realidade. A perceção que a Fundação tem sobre a presente situação é de que o Executivo não tem verdadeiro interesse nem empenho no projeto. E mais pretende criar a imagem de que é a Fundação Renal Portuguesa que não tem intenção de honrar compromissos criando uma opinião não só local, como ainda em instâncias superiores essa imagem. Continuamos a ter todo o interesse no Centro em Celorico da Beira, mas e até esclarecimento da posição do Executivo atual ou futuro sobre o interesse do Município de Celorico da Beira no Centro de Hemodiálise em prol do interesse dos cidadãos de Celorico da Beira, não deve a Fundação prosseguir, forçando as vontades, sejam elas locais, sejam elas externas.”-----

-----Assim sendo, o grupo municipal do PS está de consciência tranquila, até porque, também, apresentou situações de forma sustentável relativamente à melhoria de condições de vida dos cidadãos de Celorico da Beira, nomeadamente a nível do IRS, da Derrama e do IMI que foram chumbadas. -----

-----Mais disse que, nesta Assembleia existe um verdadeiro défice democrático, ou seja, são muitas vezes impedidos de usar o contraditório,

sendo que na defesa da honra o artigo 31º do Regimento diz “Sempre que um Membro da Assembleia ou da Câmara considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a dois minutos.”, no entanto, nesta Assembleia, a Senhora Presidente da Mesa é que decide se houve ou não ofensa à honra, de modo que essa atitude revela um verdadeiro défice democrático.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, o Senhor Deputado só pode estar de má-fé, uma vez que na reunião da Comissão Permanente foi informado da situação em questão, ou seja, que por uma questão de prazos iria haver alteração à respetiva Ordem de Trabalhos. Atendendo a que, no momento, não pôs qualquer objeção e concordou, só revela que esta intervenção é má-fé, só por política.-----

-----Relativamente às portagens, o Senhor Deputado deve ter-se esquecido que quem propôs a medida foi o PSD e foi aprovada por todos os partidos, exceto pelo PS. -----

-----No que concerne à Escola Profissional, está mal informado, pois não foi recusada pela DGESTE. O que acontece é que as salas têm de ser retificadas em termos de área, para além de que a rede escolar já tinha terminado o prazo para abertura dos cursos. Não se faz tudo bem, há coisas que, porventura, se poderiam fazer melhor, mas estão a trabalhar com honestidade e com grande esforço para tornar o Concelho melhor e criar melhores condições para o futuro.-----

-----Ainda, sobre algumas acusações, lembrou que o Senhor Deputado Albino Bárbara apresentou nesta Assembleia mais moções relativas à Guarda do que propriamente a Celorico da Beira, o que lhe parece desajustado.-----

-----Em relação à Fundação Renal Portuguesa referiu que o Presidente da mesma, aquando da sua intervenção numa Assembleia Municipal, afirmou que a Câmara nunca colocou nenhum obstáculo ao

desenvolvimento da Clínica Renal Portuguesa e, inclusivamente, aquilo que eram as condições para começarem a obra já foram concluídas, que eram as infraestruturas básicas, como o saneamento, a água, a eletricidade e a fibra ótica. Esse *email* é uma “encomenda”, assim como foi há quatro anos a Clínica Renal. O Senhor Presidente da Fundação Renal Portuguesa garantiu que a Clínica estava dependente de financiamento. Portanto, da parte da Câmara não existe nenhum obstáculo para que a obra avance. Assim como, também, não percebe o porquê do projeto não se ter concretizado, terem andado a marcar passo, quando na realidade logo a seguir às eleições fizeram o registo do terreno. -----

-----No que concerne o Contrato de Comodato disse que essa é uma questão tratada com toda a transparência, uma vez que foi levada à reunião de Executivo. -----

-----Por fim, expressou a sua consideração pela pessoa do Senhor Deputado, mas estando ali numa dimensão política, não pode deixar de dizer que esta foi a intervenção mais infeliz que lhe ouviu nestes quatro anos de mandato, tanto pela forma como expôs os assuntos, como pela falta de seriedade. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara os paralelos colocados na sua Freguesia e a participação em cinquenta por cento no arranjo do arruamento do caminho do cemitério. No entanto, considera pouco, pois a sua Freguesia é constituída por quatro aldeias. Em dois mil e dezoito foram solicitadas várias obras e o Senhor Presidente não colaborou, pois muitas ainda estão por fazer. Em dois mil e dezanove solicitaram o parecer técnico para uma possível intervenção na ponte romana e na zona envolvente da ribeira, que seria paga pela Junta de Freguesia, contudo o parecer técnico nunca chegou. O mesmo aconteceu com o parecer técnico que, recentemente solicitou para um telheiro, que a Junta pretendia fazer na

zona envolvente da ponte romana. Está também a aguardar a intervenção num freixo no Vale da Ribeira. Pediu igualmente intervenções para a ponte romana da Mesquitela, e para o telhado da escola primária da Carvalheda que está caído e ainda nada foi feito. Portanto gostaria que tentassem resolver alguma destas situações. Mais disse que, muito se fala da redução da dívida, no entanto, o anterior Executivo também estava a pagar a dívida e fez algumas obras. Relativamente às obras que atualmente têm sido realizadas, parece-lhe que só são executadas em Celorico da Beira, sede do Concelho, no entanto as Freguesias também fazem parte do Concelho. -
-----Por último agradeceu toda a simpatia com que o Senhor Vereador Bruno Almeida o tem recebido para tratar assuntos da Junta de Freguesia. -

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** admitiu que algumas intervenções poderiam ter sido feitas, no entanto os pareceres estão a ser tratados e quanto ao freixo no Vale da Ribeira, está a haver um trabalho com técnicos da Universidade da Covilhã e outros, pois foi um processo com alguma polémica dentro da Freguesia. Comunicou que já se deslocou à Carvalheda para que seja feito um orçamento para a reparação do telhado da escola. -----

-----Quanto às obras na sede do Concelho, discorda completamente do Senhor António Gomes, é verdade que é onde tem existido uma maior intervenção, ainda assim têm realizado obras em vários locais do Concelho e alguns com apoios significativos. Existem outras que têm a pretensão de fazer há já há alguns meses e que estão orçamentadas, mas deparam-se com a falta de recursos humanos e matéria-prima, em que o preço está mais elevado e conseqüentemente alguns concursos têm ficado vazios. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Prados**, João Carlos Ferreira dos Santos, após cumprimentar todos os presentes, disse concordar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela, pois Celorico da Beira não é só a Vila, todas as Freguesias fazem parte do

Concelho. Também está de acordo com o Senhor Deputado Joaquim Abreu quando falou no saneamento, no entanto investiu-se tanto na rede de saneamento e, infelizmente, Prados tem uma fossa a deitar para a ribeira, embora haja a promessa de resolver a situação, mas até ao momento ninguém fez nada. -----

-----Mais disse que, quando o Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara estava falida, na sua opinião, deveria ser o anterior Executivo a responder a isso. Contudo congratula-se que essa situação esteja a ser resolvida. Consequentemente recordou a existência de uma dívida com a Junta de Freguesia de Prados, que até hoje não foi paga. -----

-----De seguida referiu que enviou, em março, um pedido de subsídio para fazer a manutenção e execução da pavimentação do polidesportivo, no entanto soube que vários subsídios foram aprovados em reunião de Câmara e o seu nunca teve resposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. Solicitou também o serviço dos sapadores municipais, uma vez que a Guarda Florestal insiste que um equipamento público existente na Freguesia precisa de limpeza e que deve ser a Câmara a efetuá-la. Contudo, solicitou a ajuda da equipa dos sapadores do Município e a resposta que obteve foi se a Junta de Freguesia não tinha dinheiro para pagar à equipa de sapadores da Celflor. No entanto, vê com regularidade os funcionários municipais a efetuar essa função e de certeza que os seus colegas autarcas não comportam essa despesa, assim sendo, não entende porque é que a Freguesia de Prados tem de pagar, quando é a Câmara a suportar essas limpezas. Solicitou, ainda, a máquina niveladora e, nesse sentido, agradeceu ao Senhor Vereador Bruno Almeida, uma vez que logo se prontificou e a máquina foi efetuar o serviço pretendido. Posteriormente, já a solicitou mais vezes, mas o seu pedido não foi concretizado. Contudo tem constatado que a máquina passa semanas a trabalhar noutras Freguesias. -----

-----Continuou dizendo que, também falou com o Senhor Presidente da Câmara sobre a colocação de umas barras de proteção na ponte à entrada de Prados, enviou um ofício a solicitar essa intervenção, acontece que já lá vão dois meses e ainda não obteve resposta. Assim sendo, às obras solicitadas pela Junta de Freguesia de Prados, a Câmara nunca ajudou, nem nunca quis ajudar, desconhecendo a razão. Também solicitou apoio para a instalação dos focos do polidesportivo, e apesar do Município nunca ter participado na colocação de nenhuma sapata dos postes, a Junta já as colocou. Assim como, também, solicitou a grua aos bombeiros voluntários para a colocação dos postes, que logo foi cedida, todavia continua à espera para que alguém lá vá colocar os focos.-----

-----Por fim, referiu que a Junta de Freguesia tem que proceder à limpeza das silvas junto à porta dos depósitos da água, porém, sendo que a Câmara recebe uma verba da mensalidade que os munícipes pagam de água, considera que deveria ser o Município a efetuar esse serviço.-----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo**, que após cumprimentar todos os presentes, felicitou a Assembleia Municipal por estar a ser transmitida *online*, nomeadamente na pessoa do Senhor Deputado Jónatas Rodrigues que fez a proposta logo na primeira sessão da Assembleia Municipal deste mandato. Continuou dizendo que, relativamente ao apoio aos produtores de Queijo Serra da Estrela, setor que passou por grandes dificuldades, tanto no final do ano de dois mil e vinte, como no início do ano de dois mil e vinte e um e, que para tal, foi realizada uma Feira do Queijo *online*. Esse evento pelo que foi perceptível foi um grande sucesso e um grande apoio aos produtores, no entanto pretendeu saber qual o resultado obtido.-----

-----Quanto à retificação da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, confirmou, uma vez que também esteve presente na Comissão Permanente, que foi anunciado que haveria essa retificação, a qual sairia na sexta-feira seguinte, dia vinte e cinco. Podem estar de acordo com muita

coisa, mas discorda com o Senhor Deputado Albino Bárbara quanto a este ponto. -----

-----Prosseguiu dizendo que, muito se tem falado do que se fez e não fez e como estão em fim de mandato, todos querem o melhor para o Concelho com um objetivo comum, que é Celorico da Beira, os resultados é que são diferentes.-----

-----Relativamente à questão das portagens, foi de facto o PSD que fez a proposta e passou com o voto contra do PS na Assembleia da República. Este é um benefício tanto para os celoricenses, como para todos os que utilizam a A23 e a A25, quer a nível turístico quer profissional. Perante a situação, devem-se vangloriar com esta redução, uma vez que ajuda a trazer pessoas para o nosso território. -----

-----Para concluir deixou a mensagem que Celorico da Beira é o mais importante independentemente da forma como o fazem.-----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Alexandra Monteiro** lamentou determinados assuntos que foram debatidos nesta Assembleia, nomeadamente a insistência na dívida que, na sua opinião, não incentiva os jovens a fixarem-se no Concelho, uma vez que no momento há a possibilidade de exercer funções em teletrabalho. Pois na verdade, cada vez mais, as pessoas equacionam saírem das cidades para se fixarem no interior, inclusive para Celorico da Beira que devido à sua ótima localização tem tudo por perto, sobretudo o acesso através da CP, pois a estação de Celorico-Gare ainda tem bastante importância. Assim sendo, na presente Assembleia poder-se-ia ter passado uma mensagem mais positiva a todos e mostrar também que o Concelho está a evoluir. Saliu ainda que não deveriam olhar só para os números e para a dívida, têm de olhar para os residentes, porque são eles que levam o Concelho para a frente, enquanto que se estiverem preocupados com números não conseguirão dar uma “cara” tão bela ao Concelho como pretendem. -----

-----Concluiu dizendo que, à parte de partidarismos, todos são membros da Assembleia Municipal e acredita que ainda podem mudar. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a intervenção positiva e refrescante da Senhora Deputada Alexandra Monteiro. -----

-----Tendo pedido a palavra, o Senhor **Deputado Jónatas Rodrigues** congratulou-se por terem, finalmente, concretizado a sua proposta para a transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida recordou uma das suas intervenções dirigida ao Senhor Vereador José Albano, relativamente ao registo do terreno da Fundação Renal Portuguesa, onde lhe disse que esperava que no final deste mandato não acusassem o presente Executivo de ter dificultado a instalação da Clínica Renal. Neste seguimento, é de opinião que, se o *email* divulgado pelo Senhor Deputado Albino Bárbara não foi encomendado e, dado que, ouviu neste Órgão, várias vezes, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que havia total abertura para a instalação da Clínica no Concelho, propôs que se fizesse um esclarecimento público para apurar a verdade, porque alguém está a mentir. -----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais**, António Carlos Nunes Gomes, começou por dizer que, sentiu-se na obrigação de dar um esclarecimento público, depois de ter conhecimento que alguém, com responsabilidades políticas no Executivo Municipal, foi à sua Freguesia dizer que a Câmara não intervinha, porque o Presidente da Junta não contribuía para a resolução dos problemas da Freguesia. Dessa forma, sentiu-se indignado e desrespeitado, uma vez que enviou vários ofícios à Câmara, dirigidos ao Senhor Presidente a solicitar apoio para a realização de algumas obras, nomeadamente na Escola Museu de Salgueirais, que

está ao abandono, precisa de uma intervenção interior e exterior e até ao momento não obteve resposta. Posto isto, agradeceu ao Senhor Presidente, por se ter dirigido a Galisteu, juntamente com o empreiteiro para a adjudicação das obras no largo da localidade. Prosseguiu dizendo que, a questão do saneamento, desde dois mil e dezoito, que ainda não foi resolvida, os donos dos terrenos já deram parecer positivo para a passagem da conduta, sendo que à última da hora um dos proprietários recuou e a Câmara ficou de resolver a situação. Assim como, também, ainda não resolveram a situação do muro que caiu na Porteira, na sequência de uma obra do Município. Logo que teve conhecimento dessa situação, relatou o sucedido ao Senhor Vereador Bruno Almeida e ainda não foi reparado. Do mesmo modo, solicitaram um subsídio para o arranjo do telhado e da parede do Forno Comunitário de Salgueirais, que ruiu aquando do temporal e, nesse sentido, pretendeu saber se o respetivo subsídio já foi presente a reunião de Executivo para aprovação. No entanto, comunicou que a Junta de Freguesia já iniciou a obra. Também, a sinalização para duas ruas, em Salgueirais, aprovada em reunião de Executivo, ainda não chegou, assim como as duas lombas solicitadas para a mesma localidade que na altura tiveram parecer técnico negativo, mas, pelo que sabe, irão ser efetuadas duas em Vide Entre Vinhas e duas em Galisteu, tendo obtido essa informação por terceiros, uma vez que da parte do Executivo nunca lhe chegou informação sobre o assunto. Adiantou, ainda, que há um caminho em Vide Entre Vinhas, onde em tempos foram colocadas manilhas e o proprietário queixou-se que a água entra para a sua propriedade. Foi solicitado à Câmara a resolução do assunto e nessa sequência deslocou-se ao local o Senhor Vereador Bruno e o Senhor Adjunto, Ricardo Sousa, que propuseram que a Junta limpasse o caminho, esse trabalho foi efetuado, mas a situação das manilhas ainda não foi resolvida.-----

-----Concluiu dizendo que, a Junta de Freguesia tem trabalhado e continua a trabalhar. Entregou cópia dos ofícios endereçados ao Senhor

Presidente da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora **Deputada Olga Marques** pretendeu fazer um apelo e, para isso, recuou aos anos noventa, em que Celorico da Beira conheceu uma nova forma e um paradigma diferente de fazer política, nomeadamente através de comunicados anónimos metidos debaixo das portas e nas caixas do correio, comunicados difamatórios que atacavam as pessoas e não o projeto político. Depois foram evoluindo e passaram para *blogs*, perfis de *facebook* falsos, contribuindo para que atualmente as pessoas tenham medo e receio de representar um projeto político, de integrar listas e consequentemente os jovens não querem integrar projetos políticos com medo de represálias. Em Celorico da Beira este fenómeno é sobejamente conhecido no Distrito, considera-se que neste Concelho a política é bastante suja, porque, efetivamente, não se ataca o projeto, mas ataca-se a pessoa. Assim, uma vez que se aproxima uma época eleitoral, é natural que os ânimos aqueçam e o seu apelo vai no sentido de que não haja perfis falsos nas redes sociais, que se acabe com a maledicência e que as difamações não sejam apanágio de Celorico da Beira, passando antes a ser conhecido no Distrito pela leveza e elevação com que fazem política e com o que cada um defende no seu projeto político. Contribuindo, dessa forma, para que os jovens possam acreditar que é possível viver-se e fazer-se política em Celorico da Beira e ocupar lugares políticos, sem que se tenha de passar por famas, baldas deles e dos familiares. -----

-----Perante a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal** pediu a palavra para dizer que afinal um Presidente de Junta sempre tem alguma importância, dado que o Senhor Deputado Joaquim Abreu pretendeu saber qual o *feedback* que teve da reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, quando

todos sabem que já há muito tempo que andava a alertar o Senhor Presidente da Câmara para as obras da CP. No entanto, o Senhor Deputado não solicitou ao Senhor Presidente da Câmara qual o conteúdo da reunião ocorrida com o Senhor Secretário de Estado, só disse que reuniu, mas, na verdade, só reuniu com o Senhor Eng.º Faísca, não reuniu com os Concelhos vizinhos, não ouviu a sede do Concelho e chamou-o de mentiroso, daí se sentir revoltado. -----

-----Retomando a palavra, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse corroborar com a proposta do Senhor Deputado Jónatas Rodrigues relativamente à Clínica Renal, pois o Senhor Presidente da Fundação Renal Portuguesa pode vir quando quiserem, quando o Senhor Presidente da Câmara o convidar para terem um debate claro sobre o assunto e, assim, esclarecer quem diz a verdade ou a mentira. -----

-----Quanto às portagens é verdade que o PSD propôs uma redução de cinquenta por cento, mas chumbou o Orçamento de Estado. -----

-----Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, relativa às suas observações, dizendo que se a sua anterior intervenção foi infeliz, no entanto a do Senhor Presidente também não foi feliz. Argumentou ser natural da Guarda com toda a honra, mas foi eleito em Celorico da Beira, onde tem família e cumpriu o seu mandato. As moções que trouxe, a esta Assembleia, sobre a Guarda foram relativas ao Hospital da Guarda, que serve Celorico da Beira, à A23 e à A25, sobre a Linha da Beira Alta e sobre a Capital da Cultura que o Município apoia, portando, são questões que também dizem respeito ao Concelho. Mais, disse que na CIMBSE sempre defendeu todos os projetos em que Celorico da Beira esteve envolvido. A seu ver, os problemas da Guarda sejam em Celorico da Beira ou noutra Concelho, são os problemas do interior. Ainda deu conhecimento que teve convites políticos para a Guarda, que recusou e ainda não recusou o convite do candidato José Albano, porque gostou de estar nesta Assembleia Municipal. -----

-----Por fim disse que tem estima pessoal pela pessoa do Senhor Presidente da Câmara, mas politicamente teve uma intervenção infeliz, demagógica e musical, seria um bom professor de música. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Prados, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que a obra das Etar's deveria ter começado ao contrário, ou seja em Prados, onde também será feita, só estão à espera que o POSEUR abra candidaturas. -----

-----Quanto à dívida do Município, com a Junta de Prados, já tentou regularizá-la, uma vez que têm assumido os compromissos que vêm de trás. -- -----

-----Na questão do polidesportivo, na verdade, quase todos estão ao abandono por falta de utilização e, nesse sentido, têm chegado várias solicitações às quais irão dar resposta numa intervenção conjunta nos vários polidesportivos. No entanto, essa não lhe parece que seja a prioridade mais imediata, tendo em conta a escassez de recursos, o que não quer dizer que esteja descartada, porque efetivamente, não está. Discorda com o Senhor Presidente de Junta, quando refere que Prados terá sido esquecido, dado que quando a estrada entre Prados e Videmonte desabou por causa da intempérie, a Câmara imediatamente resolveu o problema. Quanto à limpeza das bermas e comparativamente com outros Concelhos, o de Celorico da Beira teve uma limpeza mais efetiva. Neste sentido agradeceu aos funcionários municipais o trabalho meritório que têm realizado nessa área. Contudo, não entende algumas reclamações, uma vez que houve algumas Juntas de Freguesia que recusaram o subsídio que a Câmara atribuiu no âmbito do Protocolo celebrado com as Juntas de Freguesia, existindo, assim, alguma contradição. -----

-----Ainda sobre as limpezas disse que é um trabalho efetuado por uma equipa da Câmara Municipal, no entanto o Concelho é grande e não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. O raid junto à ponte já teve ordem

para ser colocado, entretanto deparam-se com uma limitação de recursos humanos, uma vez que desde o início do mandato já perderam vinte funcionários. Também as raízes à beira da estrada entre Prados e Vale de Azares foram retiradas e começaram agora a colocar o alcatrão. Portanto, os trabalhos vão-se concretizando e ninguém é discriminado, sendo que também há Juntas que trabalham mais que outras. É de opinião que a Câmara e as Juntas de Freguesias têm de ser parceiros e não adversários a trabalhar em prol do bem comum. -----

-----Quanto à intervenção do Senhor Deputado Miguel Espírito Santo, no que concerne aos produtores de queijo, esclareceu que, uma vez que no âmbito da pandemia não pôde realizar-se uma feira presencial, foi criada uma plataforma digital para ajudar os produtores a escoar o seu produto. Esclareceu, também, que estiveram reunidos com a Ancose, no sentido de darem algum apoio na questão da vacinação dos animais e, dessa forma, tem-se ajudado no que é possível, sobretudo no escoamento do queijo através do Solar do Queijo que não serve só de promoção, divulgação, valorização, mas também de venda e escoamento do produto, continuando a ser um veículo importante. Ainda relativamente à plataforma, que funcionou muito bem, houve um trabalho conjunto dos técnicos da Câmara, na área da comunicação e de marketing. -----

-----Em relação à intervenção da Senhora Deputada Alexandra Monteiro concorda que devem dar sinais de esperança e têm tido essa preocupação, sobretudo devido à situação epidemiológica que se vive, tem havido um esforço em apoiar o comércio local, as IPSS's e a população em geral. Para além de tudo, a prioridade tem sido a pandemia e tem havido um esforço conjunto desde a Câmara Municipal, os Bombeiros, Proteção Civil, os profissionais de saúde e todas as instituições, sendo que atualmente tem havido alguma tranquilidade, também atribuída à responsabilidade do civismo das pessoas, no âmbito do Covid.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jónatas Rodrigues congratulou o desafio proposto anteriormente quanto à transmissão *online*

da Assembleia Municipal e que agora se concretizou. Também no que concerne a Fundação Renal Portuguesa, corrobora com o Senhor Deputado, uma vez que o Senhor Presidente da Fundação, aquando da sua vinda à Assembleia Municipal, disse publicamente que não havia, por parte do Executivo nenhum obstáculo à prossecução do projeto da Clínica de Hemodiálise. No entanto, algo não bate certo, quando o Senhor Deputado Albino Bárbara apresenta um *email* vindo da mesma fonte e com o teor enunciado. -----

-----Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra, disse que é possível que tenha alguma razão, posto que algumas respostas às solicitações foram dadas de forma informal, mas sempre houve entendimento e preocupação em dar resposta e sabe que tem havido uma intervenção significativa em relação à sua Freguesia. Nomeadamente, a nível de ação social, que foi um trabalho conjunto entre a Junta e a Câmara para dar uma habitação condigna a um munícipe. Houve alguma intervenção, de alguns milhares de euros, de ajuda por parte da Câmara para a Casa Mortuária e para a Casa Paroquial de Cortiçô da Serra e Vide Entre Vinhas. Assim como, também, foram aprovados cinco mil euros para Salgueirais, para substituir o telhado da igreja. Da mesma maneira que foram a Galisteu com o empreiteiro, para tratarem da colocação das lombas solicitadas e também para calcetar um espaço existente naquela localidade. A este propósito, os Munícipes deveriam, igualmente, saber que a Junta de Freguesia recusou um subsídio de cerca de seis mil euros. Portanto, as formalidades devem ser respeitadas e deve haver respostas, mas também sempre as houve. Quanto ao saneamento já tentaram resolver a situação várias vezes, já falou telefonicamente com a Engenheira responsável pelas Infraestruturas de Portugal, no Distrito, a solicitarem autorização para passar por baixo do aqueduto. No que respeita o muro à saída da Porteira, também, já está a ser tratado e vai ser reparado brevemente. Em relação à sinalização têm dezenas de sinais para colocar e provavelmente terão de recorrer a mão-

de-obra externa ao Município, pelas dificuldades que têm em dar respostas às muitas solicitações, das várias Freguesias.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Olga Marques, não podia estar mais de acordo, pois repudia essas situações e ele próprio tem sido alvo delas todos os dias, atingindo, também, quem está à sua volta. Também não pode deixar de acrescentar, as denúncias anónimas, algumas sem qualquer fundamento, só com a finalidade de desmoralizar, salientando que abomina completamente este tipo de ações.-----

-----Interveio a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, para solicitar ao Senhor Deputado Albino Bárbara que lhe fosse facultado uma cópia do *email* apresentado. Tendo ele respondido que era confidencial. ----

-----Terminadas as intervenções foi colocado a votação o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Davide Francisco Marques foi aprovado por unanimidade, bem como o minuto de silêncio. ----

-----De seguida a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória do Senhor Carlos Davide Francisco Marques. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** explicou que a convocatória, normalmente, sai com a Ordem do Dia com uma antecedência que o regimento impõe. Desta feita, houve assuntos, nomeadamente, as contas e a atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade que foram aprovados numa reunião de Executivo posterior à

saída da convocatória. Como já foi referido, foi dado conhecimento desta situação na reunião da Comissão Permanente e foram entregues os documentos aos líderes de bancada para que em reuniões de preparação desta Assembleia pudessem analisar os documentos com a antecedência devida. Foi cumprida essa antecedência em relação ao que diz o regimento, não obstante foi colocada aqui em causa, pela bancada do PS a legalidade destes procedimentos. Nessa sequência, questionou o Plenário através dos líderes de bancada, se é necessário ou não colocar à votação a inclusão dos referidos assuntos na Ordem do Dia. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** não se opôs a que fosse seguida a retificação à Ordem do Dia. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que teria de ser decidido democraticamente pelo plenário, pondo à votação a inclusão dos pontos referidos. -----

-----Nessa sequência, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a inclusão na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos: -

-----**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020**-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e nove abstenções aprovar a inclusão do ponto seis, Prestação de Contas 2020.** -----

-----**ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO ART.º 24º, DA LEI Nº 75-B/2020, DE 31 DE DEZEMBRO** -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e dez abstenções aprovar a**

inclusão do ponto sete, Atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade, nos Termos do Art.º 24º, da Lei Nº 75-B/2020, de 31 de dezembro.-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM**-----

-----Foi presente a ata número dois, referente à sessão ordinária do dia trinta, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e um, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**4. APROVAÇÃO DE SUBSÍDIOS A ATRIBUIR ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente proposta dando conhecimento que o Município de Celorico da Beira tem várias atribuições e competências, que direta e indiretamente se reportam às atribuições e competências das Freguesias e bem assim o previsto no Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, mais concretamente o n.º 1 do artigo 23.º que prevê como atribuição dos Municípios “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”, nomeadamente através da atribuição de subsídios como forma de apoio às Freguesias, competência esta da Assembleia Municipal de Celorico da Beira. -----

-----Após aprovação em reunião de Executivo, realizada em dois de junho do corrente ano, foi a mesma submetida à aprovação pela Assembleia Municipal de Celorico da Beira, respeitante aos subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto daquele protocolo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, tendo começado por dizer que a atribuição destes subsídios dão continuidade àquilo que iniciaram no ano transato, sendo que este ano houve um aumento da verba para cem mil euros a distribuir por todas as Freguesias. Mais disse que não haverá nenhum ato fiscalizador por parte do Município, relativamente ao destino dessa verba, podendo ser utilizado numa necessidade mais oportuna para a Freguesia

de cada um, apesar de ser destinada, sobretudo, para as limpezas urbanas. -----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, para dizer que segundo o Protocolo a Junta de Freguesia tem que apresentar contas e justificar os gastos da verba, de meio em meio ano. No entanto, deverá ser alterada a parte que diz que é da competência das Freguesias proceder à limpeza das bermas, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara diz que é a própria Câmara a efetuar essas limpezas, mas na verdade não é bem assim. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, o ponto para aprovação são os subsídios a atribuir, não será alterada a minuta do protocolo, porque não está subjacente à aprovação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que este discurso é o mesmo, usado pelo Senhor Armando Augusto, há um ano atrás, sendo que o que está em causa é um documento que foi aprovado em reunião de Câmara e não vai haver nenhuma atitude inquisitória da parte da Câmara Municipal. No que respeita as limpezas, nas vias principais, estão a ser realizadas pelo Município, contudo, todas as Freguesias têm caminhos rurais para limpar e têm de fazê-lo. Portanto há um documento que é submetido à votação e os Senhores Presidentes de Junta têm a liberdade de o aceitar ou não. -----

-----Sobre este ponto o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que este já é o segundo protocolo que vem para aprovação e não entende o porquê de algumas Juntas de Freguesia insistirem em não o assinar e conseqüentemente, não receberem a verba subjacente. Se não existe fiscalização e não aceitam uma verba desta natureza, não podem vir dizer que a Câmara não os apoia e não lhes dá nada. Assim, apelou para que os

Senhores Presidentes de Junta assinem o Protocolo, porque as verbas atribuídas são benéficas para as suas Freguesias.-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais**, para esclarecer que o montante que a Junta recusou, no ano transato, não foram seis mil euros, mas cinco mil, cento e noventa e um euros. Continuou dizendo que a única diferença deste Protocolo em relação ao do ano passado é um acréscimo no montante a atribuir. Mais disse que, continua à espera da reunião com o Senhor Presidente da Câmara, por causa do Protocolo anterior, tendo sido essa a razão pela qual não o assinou. No entanto, o seu voto em relação ao Protocolo deste ano será a favor. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com vinte e dois votos a favor e nove abstenções, os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Freguesias do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----Declaração de voto do Senhor Deputado Albino Bárbara: -----

-----“A nossa intenção de voto na abstenção tem a ver exclusivamente com a falta de diálogo com as Juntas de Freguesia.”-----

-----**5. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO DE CANDIDATURA A GUARDA A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2027 - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CANDIDATURA**-----

-----Foi presente informação, identificada em epígrafe, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo, realizada no dia 05/05/2021, propondo a designação do representante da Assembleia Municipal de Celorico da Beira na Comissão de Acompanhamento da Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, cuja cópia do documento se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que referiu que, a Guarda é uma das várias candidatas à Capital Europeia da Cultura 2027, o objetivo principal é que seja a escolhida, embora existam concorrentes muito fortes. No entanto há todo um percurso até 2027 com atividades previstas no território. Há também, toda a ajuda dos Municípios da CIMBSE a projetar a Guarda, para que seja a escolhida como Capital da Cultura-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que, foram os primeiros a aprovar por unanimidade a proposta feita pela Câmara Municipal da Guarda. Levaram a proposta à reunião da CIMBSE e foi aprovada pelos quinze Municípios. Como agente cultural que é, abraçou o projeto como uma grande oportunidade não só para a Guarda, mas também para o Concelho de Celorico da Beira, porque tinham o património, a gastronomia, as vias e os meios necessárias e condições específicas para avançar com o projeto para o interior, mais precisamente para o Distrito da Guarda, assim como para a Covilhã e o Fundão. Contudo é de opinião que por vezes são ingénuos, pois a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura tornou-se, talvez, num processo megalómano e da maneira como está neste momento desafia o Vereador Vítor Amaral da Câmara da Guarda a dizer quanto é que já gastou com esta candidatura e que projetos já fez, excluindo os vencimentos, como os sete mil euros mais IVA que o Senhor Pedro Gadanha, Diretor da Candidatura, ganha.

Infelizmente, com o que efetivamente está a acontecer não irão ganhar, pois pelo percurso vai ser extremamente difícil, mas vão trabalhar, cumprir prazos com a participação de todos. Não se trata de fazer política, mas sim de denunciar situações que são perfeitamente escabrosas. -----

-----Quanto à designação de um membro desta Assembleia para integrar a Comissão de Acompanhamento da Candidatura, a bancada do PS, propõe a Senhora Deputada Helena Susana Cardoso Belo.-----

-----Dada a palavra, ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que encontra o Senhor Deputado Albino Bárbara muito pessimista, o que é uma pena, porque o discurso pessimista não abona em nada. Na sua opinião, deveriam criar um sistema de coesão e de interajuda para poderem colaborar com a Câmara da Guarda, com a Comissão Guarda Cultura 2027. Ainda estão a tempo que, no pós-eleições, a Guarda trabalhe seriamente nesta candidatura. Têm de ter confiança e esperança na vitória da Guarda. -----

-----No que respeita a designação de um membro desta Assembleia para integrar a Comissão de Acompanhamento da Candidatura, a bancada do PSD propõe a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que não está em causa o ano dois mil e vinte e sete, mas sim todo o percurso que envolve um vasto leque de atividades. Relativamente a esta candidatura, cada Município dará o seu contributo financeiro, cabendo a Celorico da Beira o montante de 7.693€, num total de meio milhão. Quanto ao responsável máximo, é verdade que não é uma pessoa muito conhecida e veio de fora da Guarda. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento da apresentação de uma lista apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, a qual designa por Lista A. -----

-----**Lista A:**-----

-----Helena Susana Cardoso Belo; -----

-----De seguida, deu conhecimento da apresentação de uma lista apresentada pelo grupo parlamentar do PPD/PSD, a qual designa por Lista B. -----

-----**Lista B:**-----

-----Denise do Nascimento Fragona; -----

-----Seguiu-se a chamada – não se transcrevendo os nomes em virtude de constarem das respetivas presenças – e a votação, por escrutínio secreto. -----

-----Terminada a votação, seguiu-se a contagem dos votos entrados na urna, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

-----**Lista A: 15 votos a favor;**-----

-----**Lista B: 16 votos a favor.**-----

-----Face aos resultados atrás referidos, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, declarou eleita a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona, para representar a Assembleia Municipal de Celorico da Beira na Comissão de Acompanhamento da Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura. -----

-----**6. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020**-----

-----Sobre o assunto, foi presente o documento em título, aprovado por unanimidade, em reunião do Executivo, realizada no dia 25/06/2021, cuja cópia do documento se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, tendo começado por dizer que as contas refletem as despesas e as receitas do Município, conseguindo, francamente, um resultado positivo. A Covid-19 obrigou a diversas alterações, desde a reafecção de recursos financeiros e humanos para reforço dos apoios a serviços educativos, sociais, de saúde e proteção civil. A pandemia também levou ao cancelamento de diversos eventos tais como os festivais do Requeijão, do Borrego, do Azeite e da Castanha, ao cancelamento das romarias e diversos eventos desportivos no Concelho de Celorico da Beira.-----

-----No entanto nem tudo foi mau para o Município. Ao nível financeiro pagou-se a dívida antiga com base na execução do plano de saneamento financeiro aprovado ainda em dois mil e dezassete, que culminou numa elevada redução do endividamento. A redução do endividamento associada a uma gestão financeira criteriosa e prudente levou à saída da situação de excesso de endividamento já em dois mil e vinte e um, situação que será confirmada pelas entidades estatais em breve, e que irá trazer ao Município a sua plena gestão autónoma. Apesar do foco na redução do excesso de dívida, concluíram-se e iniciaram-se projetos estruturantes para o Concelho, cujos trabalhos estão à vista de todos, e esperam que contribuam para o bem-estar dos munícipes.-----

-----Deixou ainda um agradecimento a todos os que contribuíram para estes resultados, consequência de um trabalho de muitos anos e de muitos esforços conjuntos, desde funcionários, empresas, entidades públicas e privadas e acima de tudo, aos munícipes.-----

-----De seguida passou a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico começou por dizer que a atividade das Autarquias locais visa essencialmente garantir o bem-estar das populações, sendo que para garantir esse objetivo é necessário valorizar os recursos existentes de uma forma sustentável a longo prazo. Para tal, o “Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico” (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), define no seu artigo 23º as atribuições dos Municípios nos domínios da Educação, Património, Saúde, Ação Social, Proteção Civil, ordenamento do Território e Ambiente, entre outros. O Município de Celorico da Beira desempenha a sua atividade de acordo com as competências que lhe são atribuídas legalmente, com base num orçamento anual onde estão definidas e planeadas todas as suas atividades e projetos numa perspetiva plurianual, de acordo com os recursos financeiros previstos. -----

-----Disse que anualmente é analisada a execução do orçamento do ano anterior de acordo com os critérios contabilísticos vigentes, sendo que para o ano de 2020 o normativo legal em vigor para a contabilidade pública era o SNC-AP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, ao contrário do que acontecia em anos anteriores que estava em vigor o POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro. O SNC-AP é, basicamente, a uniformização de todo o sistema contabilístico prestado num único sistema de modo a facilitar a análise e a comparação das contas públicas. Sendo composto por um conjunto de normas, a sua introdução alterou diversos critérios contabilísticos e alterou também a composição das peças de relato financeiro, o que obrigou a um esforço adicional na adaptação dos serviços da Autarquia, nomeadamente no que diz respeito ao património. Alterou também, as próprias demonstrações financeiras, tanto na sua composição como na quantidade. Disse, ainda,

que nas Autarquias locais, o primeiro ano de implementação deste normativo foi no ano de 2020, no entanto o problema da pandemia trouxe algumas dificuldades na sua execução. -----

-----Esclareceu que o presente relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram em 2020 e irão, também, apresentar valores anuais para comparação com anos anteriores sempre que possível. Serão feitas breves análises às Demonstrações Financeiras, à Execução Orçamental, à Contabilidade de Gestão, como também será feita uma análise geral às Operações e Estrutura do Município, devidamente enquadrada na conjuntura atual. Daí que o Governo, com a aprovação do Orçamento de Estado para 2021, tenha previsto um alargamento do prazo normal para a apresentação das contas, tal como aconteceu já no ano anterior no âmbito dos constrangimentos da pandemia. -----

-----Atendendo ao exposto, referiu que os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2020 foram elaborados tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas, e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Central. -----

-----De seguida, disse que o Município de Celorico da Beira tem a missão de garantir o bem-estar dos seus munícipes, sendo que para tal é necessário que haja um planeamento a médio e longo prazo, com metas bem delineadas e que deverão ser definidas pelos executivos municipais. A definição dessas metas deverão ser utilizadas de modo a canalizar recursos, motivar, esclarecer e orientar os funcionários, bem como as políticas da Autarquia. A transparência, a legalidade, a acessibilidade por parte dos munícipes aos recursos da Autarquia e a saúde financeira, deverão ser pilares do funcionamento do Município de Celorico da Beira, e que deverão também ser as bases para definir as metodologias e orientações a seguir por toda a estrutura da Autarquia. -----

-----Toda a atividade do Município está sob a alçada do normativo legal atualmente em vigor, da norma de controlo interno, dos regulamentos municipais, e das normas de execução orçamental a aprovar anualmente em conjunto com o orçamento do Município.-----

-----Nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os órgãos representativos do Município são a Assembleia Municipal (órgão deliberativo) e a Câmara Municipal (órgão executivo), tendo cada um as suas competências definidas na mesma Lei, sendo que a responsabilidade de aprovação das contas de gerência recai no Executivo Municipal.-----

-----Clarificou que, o Relatório de Gestão é um resumo das contas de gerência com os aspetos mais importantes do Município.-----

-----Relativamente às Demonstrações Financeiras, disse que o balanço é provavelmente o ponto mais importante de todo o relato financeiro, pois é onde está registado o património do capital próprio e as dívidas do Município. Já a demonstração de resultados, acima de tudo, reflete os ganhos ou proveitos que o Município teve naquele ano específico. Esclareceu que, os fluxos de caixa representam as entradas e saídas de dinheiro no Município, ao longo do ano, e está devidamente desagregado em várias rubricas de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. É o mapa utilizado para se averiguar os saldos de gerência que são integrados anualmente nos orçamentos municipais.-----

-----Em termos de análise às demonstrações financeiras, a mesma deverá sempre que possível, refletir as mudanças e tendências significativas na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. A análise das tendências deverá incluir os itens das demonstrações financeiras que sejam importantes e significativas para tornar mais compreensível a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como as alterações nas mesmas ao longo de um período. Deverão ser descritos os itens, transações e eventos mais significativos que tenham afetado a posição financeira, e sempre que necessário deverá ser feita uma análise comparativa com períodos

anteriores de modo que se perceba melhor a posição financeira do Município. -----

-----Ainda sobre o Balanço, no que diz respeito às rubricas do ativo deve-se salientar a grande redução verificada nos ativos fixos tangíveis, redução, essa, que deriva na sua maior parte da adoção dos critérios do novo normativo contabilístico. O SNC-AP obrigou a uma revisão das vidas úteis de quase todos os edifícios e outras construções, sendo que as mesmas foram reduzidas substancialmente nalguns casos. Para além da redução das vidas úteis dos ativos a Comissão de Normalização Contabilística, esclareceu, em fevereiro deste ano, que as alterações das vidas úteis também deveriam originar um acerto às amortizações efetuadas desde o início do uso dos bens, o que implicou um levantamento exaustivo dos históricos de cada bem e o respetivo recálculo das amortizações que aumentaram substancialmente, o que por sua vez implicou uma redução do seu valor líquido. Os acertos também foram efetuados aos valores de subsídios ao investimento previamente afetos a cada ativo que foi alvo de financiamento. -----

-----Relativamente ao Património, todos os ajustamentos com a transição para o SNC-AP foram efetuados por contrapartida dos resultados transitados, sendo que os mesmos totalizaram 9.411.986,18€. Esta situação implicou uma redução da conta de resultados transitados face a 2019, mesmo com a aplicação dos resultados obtidos nesse ano. -----

-----No que diz respeito ao passivo verificado no balanço, verifica-se que o mesmo sofreu uma redução de 1.569.255,62€ face a 2019. Comprova-se um aumento das provisões relacionado com processos judiciais em curso. Em termos de dívidas a fornecedores houve uma redução de 236.323,20€, mas a maior redução ocorreu nos financiamentos obtidos em 1.316,944,01€ e que resulta da amortização de empréstimos, nomeadamente os de saneamento financeiro. -----

-----Os resultados de 2020, quando comparados com os de 2019, sofreram uma grande variação, tendo o resultado líquido sofrido uma

variação negativa de 41%. Esta redução tem várias justificações como a situação de pandemia e a adoção do novo referencial contabilístico. -----

-----Ainda acerca do património, o Técnico informou que tem vindo a ser feito um trabalho contínuo, de valorização e, efetivamente, a Secção de Património do Município teve que reclassificar cerca de vinte e seis mil bens do Município e adapta-los ao novo normativo contabilístico, sendo que tiveram que ser atualizadas e registadas na aplicação cerca de quatrocentas fichas de bens de imóveis. De tal forma, que não pode deixar de dar um grande agradecimento à colega por todo o seu empenho e profissionalismo neste trabalho, que não foi nada fácil. Salientou que, o imobilizado foi o aspeto mais importante nestas contas e continuará a sê-lo futuramente, porque os critérios que o SNC-AP impõe ao património não são muito restritos. -----

-----Ainda a nível do balanço, a introdução do SNC-AP obrigou a uma alteração das demonstrações financeiras o que por vezes dificulta a comparabilidade com períodos anteriores, pelo que alguma da informação apresentada relativa a anos anteriores sofreu alterações na sua estrutura, quando comparadas com as demonstrações financeiras originais desses mesmos períodos. -----

-----Acerca do património, todos os ajustamentos com a transição para o SNC-AP foram efetuados por contrapartida dos resultados transitados, sendo que os mesmos totalizaram 9.400.986,18€. Esta situação implicou uma redução dos resultados obtidos mesmo nesse ano. -----

-----No que diz respeito ao passivo verificado no balanço, constata-se que o mesmo sofreu uma redução de 1.569.255,62€ face ao ano de 2019 e verificou-se um aumento das provisões relacionado com processos judiciais em curso. Em termos de dívidas a terceiros houve uma redução de 236.323,20€, mas a maior redução ocorreu nos financiamentos obtidos em 1.316,944,01€ e que resulta da amortização de empréstimos, nomeadamente os de saneamento financeiro.-----

-----A demonstração dos resultados, essencialmente reflete os rendimentos e os gastos que houve no ano. Assim, destaca-se a redução nas vendas e prestações de serviços face a 2019 em 264.240,90€, em que grande parte dessa redução se deve à redução das vendas do Solar do Queijo e à atribuição de isenções no âmbito do combate à pandemia. -----

-----Em termos de transferências e subsídios obtidos, as transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado passaram a ser contabilizadas numa conta de capital, por força do estipulado no novo normativo contabilístico.-----

-----Os fornecimentos e serviços tiveram uma ligeira redução em termos relativos, mas em termos absolutos a variação é significativa. Esta situação resultou da redução da atividade do Município em diversas áreas por causa da situação da pandemia, como por exemplo a atividade escolar. -----

-----Nos subsídios concedidos, a situação de pandemia obrigou a um aumento de despesas na atribuição de apoios a diversas entidades e famílias.-----

-----As provisões aumentaram devido ao reforço das provisões para processos judiciais em curso.-----

-----O aumento dos outros rendimentos prende-se com a imputação de receitas de capital, registadas no património para cobertura de gastos do período.-----

-----O aumento dos gastos com amortizações resulta a introdução do SNC-AP, que reduziu as vidas úteis dos bens e aumentou as respetivas amortizações. De qualquer modo, apesar de todas estas situações os resultados do Município mantêm-se extremamente positivos.-----

-----Em termos de Demonstrações Financeiras, uma entidade pode ser medida pela evolução de alguns indicadores financeiros, também conhecidos por rácios. Estes rácios baseiam-se nos dados das demonstrações financeiras, e permitem fazer uma análise temporal, ou com outras entidades do mesmo sector de atividade. Analisando alguns dos mais importantes, a estrutura financeira e a liquidez, constata-se uma

alteração que resulta da introdução do SNC-AP, as comparações com 2019 estão condicionadas pelo facto de se ter alterado a estrutura das demonstrações financeiras em 2020, nomeadamente nos ativos e no património, o que pode fazer variar bastante os valores de alguns rácios. Assim, ao analisarem os rácios verifica-se que a redução do ativo não corrente, dos resultados e do património, afetam os rácios que se baseiam nesses dados, dando a entender que não houve uma melhoria em termos financeiros, ou evidenciando grandes discrepâncias entre os anos em apreço. Assim, a análise dos indicadores permite apenas uma visão limitada e enviesada dada a introdução do SNC-AP, pelo que só comparando anos em que se utiliza o mesmo referencial contabilístico, é que se poderá ter uma melhor noção da evolução da saúde financeira do Município. Ou seja, a nível de atividade do Município, a situação até melhorou, mas a avaliação do novo sistema contabilístico deturpa alguns valores que são comparados com os anos anteriores. -----

-----No que concerne ao endividamento municipal, de acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, a 31-12-2020 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 92,08% face aos limites previstos, ultrapassando a redução de 10% do excesso a que estava obrigado pelo RFALEI. Desta forma, o Município ficou só a 150.000€ de sair do excesso de endividamento. Ou seja, ao entrarem no ano de 2021 o Município saiu do excesso de endividamento. Contudo, só após submeterem as contas oficiais de 2020 para a DGAL é que poderão solicitar um documento que formalize que o Município está fora dessa situação. -----

-----Relativamente ao fluxo de caixa, basicamente representa a entrada e saída de dinheiro ao longo do ano, e está devidamente desagregado em várias rubricas de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. É o mapa utilizado para se averiguar os saldos de gerência que são integrados anualmente nos orçamentos municipais. Houve um

saldo bastante elevado, de 1 430 058,54€ que foi integrado já no orçamento deste ano.-----

-----Seguindo para as Demonstrações Orçamentais, têm as despesas e receitas orçamentais contidas nos mapas de execução orçamental, onde irão ser analisadas as principais alterações entre o orçamento inicial e o final, as execuções, bem como também serão explicadas diferenças entre os mapas orçamentais e as demonstrações financeiras. Tendo em consideração que a introdução do SNC-AP não trouxe grandes alterações à contabilidade orçamental, apenas alterando a estrutura dos mapas acrescentando mais informação, é possível fazer um comparativo com anos anteriores. Deve-se salientar que as demonstrações orçamentais, por vezes, para o mesmo tipo de despesas ou receitas, apresentam valores ligeiramente diferentes dos verificados nas demonstrações financeiras, como por exemplo despesa com pessoal, ou receitas de impostos. Esta situação deve-se aos diferentes princípios contabilísticos utilizados nestes relatos financeiros, as demonstrações financeiras usam a base do acréscimo e as demonstrações orçamentais usam os fluxos financeiros. Os fluxos financeiros analisados nestas demonstrações orçamentais refletem apenas previsões, compromissos assumidos, bem como as entradas e saídas efetivas no que diz respeito aos valores pagos. -----

-----A nível de orçamento, houve uma redução em cerca de três milhões e seiscentos mil euros que se deve, essencialmente, ao adiamento da execução de empreitadas, que inicialmente estavam previstas para 2020, mas que o atraso nos procedimentos de adjudicação implicou que a execução dos mesmos fosse na sua maior parte adiadas para 2021. Entre os projetos adiados temos as obras das piscinas municipais, casas de acesso ao castelo de Celorico da Beira, do canil municipal e a requalificação da escola EB2/3 Sacadura Cabral, representando estes projetos cerca de 2.400.000€. O restante valor da redução prendeu-se com a não execução de outros projetos previstos no orçamento inicial, cuja

execução foi sendo reavaliada e alterada ao longo das diversas modificações orçamentais que ocorreram ao longo do ano. -----

-----Em termos de receitas e despesas, houve, face a 2019 uma redução de despesas e um aumento de receitas. A redução das despesas está relacionada com a não execução de alguns projetos previstos inicialmente e que foram adiados para 2021, ou que não foram executados em 2020 por causa da situação de pandemia, como por exemplo, diversos eventos culturais e desportivos. Ao nível da receita, houve um aumento de cerca de 533.000€ nas receitas provenientes dos fundos previstos no Orçamento de Estado, face a 2019 e que justifica parte do aumento. Ao nível de impostos verifica-se apenas um aumento residual face ao ano anterior. -----

-----Relativamente às execuções orçamentais, em 2020 foram apresentados excelentes resultados tanto nas despesas, como nas receitas, tendo, esta última, ultrapassado os 100% de execução. Esta situação aparentemente não é permitida à luz do estipulado na norma 26 do SNC-AP, que obriga a uma modificação orçamental para corrigir o orçamento, mas no final de 2020 foram contabilizadas algumas receitas adicionais, sendo que à data já não era possível aprovar uma modificação orçamental para retificar o valor do orçamento. No entanto, de acordo com a FAQ nº 22 da CNC, esta limitação apenas pretende evitar a existência de execução acima de 100% em determinadas receitas quando existem outras com execução baixa, pelo que quando a execução global está acima dos 100% poderá não ser possível fazer as alterações exigidas pela norma. -----

-----No que concerne ao Equilíbrio Orçamental, o RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais obriga a que haja um equilíbrio orçamental. Antigamente, nos tempos do POCAL, bastava não haver mais despesas correntes do que receitas correntes, agora querem que a receita corrente seja superior às despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O Município cumpriu com este critério, no entanto, deve-se alertar para o facto de que em 2020 o

cumprimento desta imposição esteve suspensa por força do disposto no art.º 7º da Lei 6/2020 de 10 de abril, no âmbito das medidas de combate à pandemia de COVID-19. Entende-se que, de qualquer modo, deve-se apresentar este cálculo por uma questão de transparência e para evidenciar que neste aspeto, as restrições da pandemia não afetaram o equilíbrio financeiro do Município.-----

-----Sobre os Indicadores Orçamentais, disse que se nota uma certa estabilidade na maior parte dos indicadores orçamentais.-----

-----A nível de Despesas com Pessoal o Município, praticamente, manteve o mesmo tipo de despesa, houve só um aumento de cerca de 50.000€ face a 2019, sendo que o mesmo se deve essencialmente a fatores, tais como o aumento do salário mínimo e o descongelamento das progressões nas carreiras cujo processo já se tinha iniciado em 2018.-----

-----O presente relatório encerra o ciclo orçamental referente ao ano de 2020, onde se verifica o cumprimento de todas as regras legais aplicáveis pela Autarquia em termos de gestão financeira, realçando o fecho de contas com um resultado líquido positivo, a redução do endividamento e a boas execuções orçamentais. Tudo isto demonstra a boa gestão dos recursos da Autarquia apesar de todas as limitações que derivam da situação de pandemia.-----

-----Relativamente ao relatório da certificação legal de contas, o Revisor para 2020 mantém algumas reservas em relação ao património da Autarquia, isto porque nem todo o património está valorizado e quantificado, alguns porque não há registo por serem bastante antigas e outros porque carecem de uma avaliação formal. Nesse aspeto, este vai ser um trabalho contínuo da Secção de Património. Outra reserva apontada pelo Revisor tem a ver com algumas demonstrações financeiras não apresentam valores comparativos em relação a 2019, isto é um problema informático, não é uma falha da Autarquia.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** congratulou todo o trabalho efetuado, pelos funcionários Dr. José Tavares e Dr.ª Cristina Ribeiro, funcionária da Secção do Património, uma vez que se depararam com um novo modelo contabilístico bastante trabalhoso. -----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2020 a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por maioria, com dezanove votos a favor e doze abstenções.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**7. ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO ART.º 24º, DA LEI Nº 75-B/2020, DE 31 DE DEZEMBRO**-----

-----Sobre o assunto, foi presente a proposta em título, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo, realizada no dia 25/06/2021, cuja cópia do documento se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que esclareceu que, tendo em conta o risco agravado de degradação do estado de saúde e o provável aumento de ocorrência de lesão, na carreira de assistentes operacionais e, após a audição dos representantes dos trabalhadores, bem como o parecer fundamentado da técnica de segurança, higiene e saúde no trabalho, o Município decidiu entre as três categorias existentes, atribuir duas, ou seja o nível alto de penosidade e insalubridade com um valor de 4,99€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e

tratamento de efluentes, saneamento, procedimento de inumações, trasladação, abertura e aterro de sepulturas. O nível médio com um valor de 4,09€ aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenhem funções nas áreas de higiene urbana. Este suplemento retroage a janeiro de dois mil e vinte e um.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada, bem como a alteração ao Mapa de Pessoal para 2021.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram zero horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.